

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 514/XIV-1.ª

**APOIO AOS PRODUTORES DAS REGIÕES NORTE E CENTRO AFETADOS
PELAS INTEMPÉRIES DE 29 E 31 DE MAIO**

Exposição de motivos

As tempestades repentinas que se abateram sobre as regiões Norte e Centro do país, nos dias 29 e 31 de maio, com ventos fortes, trovoadas, chuva e granizo, fez cair linhas elétricas, causaram inundações e comprometeram seriamente colheitas agrícolas deste ano, nomeadamente na vinha e fruta.

As intempéries fustigaram sobretudo os concelhos da Póvoa de Lanhoso, Fundão, Belmonte, Covilhã, Penamacor e a parte norte do município de Castelo Branco, tendo dizimado pomares (cereja, pêssigo, pereira, maceira, ameixeira, damasqueiro, figueira, entre outros frutos) e vinhas, mas também olivais e hortas.

As culturas de outono/ Inverno, como a aveia, azevém, trigo e feno, e os cereais de primavera/verão (milho e sorgo) foram também seriamente afetadas.

Num momento recessão económica provocada pela pandemia da Covid-19, esta intempérie extrema veio arruinar os campos e dar quase uma machada final à fonte de rendimento destes produtores. As primeiras estimativas apontam para prejuízos entre 80 e 100 por cento em todos os setores de produção agrícola e culturas da época, que

ascendem a vários milhões de euros.

A Comissão Vitivinícola Regional da Beira Interior (CVRBI) revelou que o mau tempo causou elevados danos em vinhas da região, sendo que os principais focos de preocupação estão no Fundão, junto à Serra da Gardunha, onde houve “muitos prejuízos” causados pelo granizo, e também na zona da Covilhã.

As previsões da CVRBI para este ano apontavam para uma produção “mais ou menos semelhante à do ano anterior, ou seja, um ano absolutamente normal”, mas, devido à intempérie, vaticina que alguns produtores das zonas de Belmonte, Fundão e Covilhã possam “ter comprometido alguma parte da sua produção” de vinho.

Numa carta já enviada ao diretor regional de Agricultura e Pescas do Centro, sediada em Castelo Branco, a direção da Associação Distrital de Agricultores de Castelo Branco garante que “violência do temporal foi tão grande que, com a destruição dos ramos do ano, os pomares, olival e vinha serão afetados na produção do próximo ano”.

2

Para fazer face às necessidades, a associação defende a criação de uma linha de crédito “a longo prazo, sem juros, e apoios a fundo perdido” aos produtores afetados. E reitera que o atual sistema de seguros agrícolas não está adequado à realidade, “porque tem prémios caros e uma cobertura de risco desadequada, pelo que são poucos os agricultores que aderiram a este sistema”.

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do CDS, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

- 1- Faça um levantamento urgente e exaustivo dos prejuízos registados em todas as explorações agrícolas das regiões Norte e Centro do país afetadas**

pelas intempéries de 29 e 31 de maio, e pondere declarar situação de calamidade pública.

- 2- Procede ao urgente apoio financeiro a todos os agricultores afetados por estas intempéries, através dos programas comunitários em vigor (PDR 2020) que apoiam a reposição do potencial produtivo, porque há perdas estruturais e infraestruturas destruídas de forma definitiva.**
- 3- Equacione a criação de linhas de crédito bonificadas dirigidas aos produtores das regiões mais afetadas pelas intempéries.**

Palácio de S. Bento, 9 de junho de 2020

Os Deputados,
Cecília Meireles
Telmo Correia
João Almeida
Ana Rita Bessa
João Gonçalves Pereira